

Jornal do Sintufrij

Ano XXVI - Nº 1303

29 de julho a 4 de agosto de 2019

www.sintufrij.org.br

AMEAÇA À UNIVERSIDADE PÚBLICA

Instituições exigem respeito à Constituição



DENISE PIRES, na reunião do Conselho Universitário que anunciou o processo de debate do Future-se. Ela foi uma das signatárias do documento ao lado de outros reitores

Sete instituições federais de ensino do Estado do Rio de Janeiro, entre as quais a UFRJ, condicionam adesão a qualquer programa ao respeito à Constituição. Nota divulgada na sexta-feira, 26, manifesta preocupação com a proposta do governo para o financiamento do ensino superior, o Future-se.

PÁGINA 3

Sintufrij convoca assembleia geral

Na pauta, o Future-se e a greve de 13 agosto. Terça-feira, 6 de agosto, às 10h, nas escadarias do CCS. A greve do dia 13, convocada por centrais sindicais e movimento social, é contra a refor-

ma da Previdência e em defesa da educação pública. A semana vai ser de panfletagem e mobilização, um acúmulo de forças do movimento para defender a universidade pública. PÁGINA 3

EDITORIAL

Autonomia Universitária: o que isso tem a ver com você?

As universidades formam, educam, produzem vacinas, políticas públicas, remédios, tecnologia, muitas vezes contando com orçamento precário. A dedicação de professores, técnicos-administrativos e estudantes ao longo dos tempos construiu um sólido patrimônio, responsável por cerca de 95% da produção científica universitária. Graças à autonomia, o interesse público dá o tom da produção, e não o interesse do mercado pelo lucro imediato.

O Future-se, apresentado pelo governo (e tratado em editorial na semana passada), pode ferir de morte justamente o maior patrimônio da universidade: a autonomia. E

o que isso tem a ver com você?

O governo propõe que as universidades firmem contratos de gestão com organizações sociais (OS). O resultado direto é o aprisionamento das instituições à lógica do mercado. Trocando em miúdos: a pesquisa que o seu laboratório desenvolve ficará refém do interesse privado. Se ela não representa retorno financeiro para algum setor empresarial, adeus. Quem perde é a sociedade.

A ideia de “gerar recursos próprios” é outra desculpa esfarrapada: a legislação atual já permite que universidades gerem recursos próprios com pesquisa, extensão, prestação

de serviços, inovação, incubação de empresas, inclusive startups.

O problema maior das universidades hoje é a escassez de recursos. O corte de verbas feito pelo governo aumentou a crise: contas de água e luz, entre outras questões básicas, empilham-se em gavetas por falta de dinheiro para o seu pagamento. Sobre isto, nem uma palavra do MEC.

O projeto também ameaça a extensão universitária. A Lei Rouanet, outrora amaldiçoada pelo governo, surge como “solução” para a extensão. Inovação e desenvolvimento tecnológico são parte da extensão. Onde a Lei Rouanet se aplica?

A gestão por OS abre margem também para o fim das carreiras: contratos de prestação de serviço – inclusive no regime de trabalho intermitente – no lugar de concursos públicos. É a precarização do trabalho radical e explícita.

Por fim, o governo exige que as universidades aprovem – em tempo recorde e sem debate – um salto no escuro. E a promessa de futuro esconde um precipício bem fundo. Queremos um futuro bem diferente: universidades com o seu papel estratégico reconhecido, financiamento público adequado, valorizadas e democratizadas. E é por isto que lutaremos.

Ciclo de debates do CCJE Quatro mulheres debatem a UFRJ

“Perspectivas da flexão de gênero nas universidades” – às 10h, na quarta-feira, 7, no salão nobre da Fa-

culdade Nacional de Direito. Palestrantes: reitora Denise Pires de Carvalho, dirigentes sindicais do Sintufjr, Neuza

Luzia, e da Adufjr, Maria Lúcia Vianna, e coordenadora-geral do DCE Mário Prata, Nathalia Borges.

Adesão à Unimed

Continua aberto o prazo para adesão à Unimed. Quem aderir até o dia 15 de agosto estará isento de carência, e o convênio passa a valer a partir de 1º de setembro.

Procure a sede do Sintufjr, no Fundão, ou uma das duas subseções, no Hospital Universitário e na Praia Vermelha.

Documentos necessários: RG, CPF, comprovante de residência, cópia do último

contracheque e documentos de dependentes (se houver). Telefones do setor de Convênios do Sintufjr: 3194-7102, 3194-7103 ou 3194-7105.

Sintufjr presta contas



Encontra-se à disposição dos sindicalizados, no site do Sintufjr, a prestação de contas atualizada da entidade até fevereiro de 2019.

Servidor aposentado que ganha mais de R\$ 1 mil pode ter de pagar à Previdência

Texto da reforma diz que em caso de déficit do Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPSP), o servidor federal aposentado que ganha mais de R\$ 1.000 vai continuar contribuindo com a Previdência.

Dentre as maldades que constam no texto da reforma da Previdência aprovada em

primeiro turno na Câmara dos Deputados, uma é obrigar os servidores públicos federais que ganham acima de R\$ 1.000 a continuar contribuindo com a Previdência, em caso de déficit do Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPSP).

Isto significa que todos os

servidores aposentados da União serão taxados com alíquotas que variam de 7,5% a 22% sobre o que exceder os R\$ 1.000, já que não há registro de trabalhadores e trabalhadores da categoria ganhando menos do que essa quantia.

Fonte: CUT Nacional

A propósito do programa Future-se, proposto pelo MEC, sete instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro, entre as quais a UFRJ, numa ação pactuada, divulgaram na tarde da sexta-feira, 26, uma nota em tom de advertência, que diz que a adesão “a esse ou qualquer outro programa” deve ser condicionada ao respeito a “cláusulas pétreas”, como:

- 1) garantia da autonomia universitária estabelecida pelo artigo 207 da Constituição brasileira;
- 2) contratação exclusivamente através de concursos públicos para as atividades-fim das Ifes;
- 3) financiamento público federal do ensino superior e manutenção da gratuidade.

A nota segue lembrando que “as universidades e institutos federais do Estado do Rio de Janeiro são autarquias federais com a prerrogativa do autogoverno e que têm autonomia didática, administrativa e de gestão financeira”.

“A autonomia das Ifes está prevista na Constituição Federal”, lembra o documento, “com a finalidade de garantir que o pensamento crítico e a produção científica nacional estejam protegidos de ingerências externas, inclusive governamentais.”

Neste trecho, a nota refere-se diretamente à proposta do governo. “Essas preocupações se fundamentam no fato de o programa Future-se prever a contratação de organizações sociais, cuja finalidade é a redução do tamanho do Estado mediante a transferência de certas atividades para o chamado ‘terceiro setor’”.

Assinam a nota os reitores da UFF, UFRJ, Cefet, IFF, IFRJ, UFRRJ e Unirio.

Instituições do Rio advertem para respeito à Constituição

Foto: Renan Silva



CONSELHO UNIVERSITÁRIO, quinta-feira, 25 de julho. Denise Pires conduz reunião na qual se manifestou sobre o Future-se

Consuni discute programa dia 8

Sessão especial do Conselho Universitário na quinta-feira, 8 de agosto, vai discutir o Future-se, programa apresentado pelo Ministério da Educação para as universidades e institutos federais.

A data foi apresentada pela reitora Denise Pires ao fazer um breve pronunciamento sobre o projeto no Consuni de quinta-feira, no qual afirmou que sua atitude tem sido de prudência

na análise do programa.

Denise afirmou que a UFRJ não tem por que temer o Future-se e que se tem que criticar o que ele tem de ruim, como a proposta de contratação de organizações sociais, que são entidades privadas que podem gerir recursos públicos.

A reitora disse que o projeto apresentado pelo MEC traz muita coisa que já se faz na UFRJ. “E foi por

isso que a UFRJ foi citada durante três vezes durante a apresentação (do programa)”. E lembrou que a universidade já faz governança, gestão, empreendedorismo.

A reitora da UFRJ recomendou que até o dia 8, quando o Conselho Universitário se reúne, as decanias, as unidades, a comunidade universitária discutam o Future-se.

Para isso, ela pôs à dis-

posição todos os documentos oficiais sobre o assunto, inclusive o parecer elaborado pela Procuradoria da UFRJ.

A Reitoria da UFRJ receberá sugestões sobre o programa pelo e-mail reitoria@reitoria.ufrj.br até dia 6 de agosto, para que seja possível consolidá-las para discussão no Consuni no dia 8. O prazo para o término da consulta pública lançada pelo MEC é dia 10.

Assembleia geral do Sintufjrj

Na terça-feira, 6, às 10h, nas escadarias do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Pauta: informes, Future-se e greve no dia 13 de agosto.

Não falte, companheiras e companheiros, porque vamos discutir e deliberar sobre temas da máxima importância para o nosso presente e futuro.

Autonomia em xeque

Programa do governo transfere para a lógica privada decisões nas universidades e institutos federais



MALDONADO. “Diria que isso é talvez um dos ataques mais pesados que a gente tem sobre a instituição brasileira e que é a base da soberania nacional”

“O Future-se é um forte ataque à instituição pública de ensino superior e à sua autonomia de gestão”, avalia Carlos Maldonado, ex-dirigente da Fasubra e do Sintufjr e que há décadas observa a cena política nas universidades públicas do país.

A conjuntura é adversa e a agressividade com a qual o atual governo parte para cima da universidade pública não encontra precedentes na história recente, afirma.

Na opinião de Maldonado, o momento exige, mais do que nunca, “união e o enfrentamento pela comunidade universitária”.

Carlos Maldonado foi o convidado do Sintufjr-Linha Direta, o programa ao vivo que vai ao ar todas as segundas-feiras à tarde, por meio da página do Sindicato no Facebook e pelo canal da entidade no YouTube.

Ele recordou outros mo-

mentos de resistência a planos que, em épocas passadas, ameaçaram o caráter público das instituições federais de ensino. Isto aconteceu nos governos Sarney (1985-1990) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Geres foi o programa concebido no governo Sarney que modificava a natureza das universidades.

“A comunidade universitária, principalmente os técnicos-administrativos, rechaçou completamente a proposta, que trazia a mesma lógica, e o governo Sarney teve de recuar”.

Mercado

No caso do Future-se, o programa apresentado pelo ministro Abraham Weintraub, Carlos Maldonado

afirma que a proposta foi criada para atender o mercado. “Você transfere a gestão do maior bem público brasileiro para a iniciativa privada”, diz ele.

“A proposta reorganiza o processo de ensino e pesquisa sob o ponto de vista de um cliente – não mais de um usuário – disposto a pagar pelo produto”, observa. “É a completa mercantiliza-

ção do processo. É a venda de serviços que deveriam estar disponíveis para toda a população.”

Ele sustenta que o Future-se é muito pior de tudo o que foi apresentado até agora para a educação do país. O programa, “no fundo, leva a universidade a desistir da sua autonomia em troca de alguns recursos”, diz.

Consuni seria coadjuvante

O especialista chama a atenção para a renúncia da autonomia que a adesão ao programa obrigaria. “Se universidade aderisse ao Future-se, seria administrada por uma organização social que estaria submetida à lógica do MEC”, analisa.

Com isso, “perde-se uma conquista histórica

da universidade brasileira”. E o colegiado de decisão máximo da universidade, o Consuni, seria um mero “coadjuvante de um gestor que ele contratou, um fiscal do contrato que as universidades fizessem para aderir ao programa”.

Ele alerta que é um subterfúgio usar a autonomia para que a própria instituição decida que não

é mais autônoma. E, numa análise inicial, diz que o Future-se nem sequer tem base constitucional.

“O artigo 207 (que trata da autonomia) não dá margem a esse tipo de coisa. Por isso, quero crer que a lógica deles é a de que se usa a autonomia para dizer que não tem mais autonomia. Só que a autonomia é algo que nenhum reitor/

reitor pode abrir mão, porque é uma exigência constitucional”.

Carlos Maldonado tem uma opinião definitiva sobre essa proposta do governo Bolsonaro. “Diria que isso é talvez um dos ataques mais pesados que a gente tem sobre a instituição brasileira e que é a base da soberania nacional”, observa.

Cursos do Sintufjr dão suporte à formação de servidores

Desde março de 2018, os sindicalizados do Sintufjr têm à sua disposição um suporte eficiente para darem um upgrade na carreira técnico-administrativa na universidade e intelectualmente. São os cursos

preparatórios para mestrado e doutorado do Sintufjr, que integram o projeto Universidade para o Trabalhador da gestão sindical Resignificar.

O projeto também envolve cursos de capacitação profissional sob a responsa-

bilidade da Coordenação de Educação, Cultura e Formação Sindical.

A procura aumenta a cada ano. Tanto é que, no ano passado, o Sindicato teve que abrir duas turmas extras para atender à de-

manda da categoria. As inscrições para as aulas a partir do próximo semestre já começaram (veja edital no *Jornal do Sintufjr*, edição 1302, e no site da entidade).

Cerca de 200 alunos já frequentaram os cursos,

muitos dos quais conseguiram entrar numa pós-graduação em universidade pública. Nestes tempos sombrios de uma política de governo que se esforça para destruir o conhecimento, o projeto do Sintufjr é um alento.

Ex-alunos no mestrado



Foto: Renan Silva

AULA DE INGLÊS. A excelência do curso foi elogiada pelos servidores que hoje cursam mestrado

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS é assistente em administração na Faculdade de Medicina da UFRJ desde 2015 e sempre participou das atividades sindicais, assim como realizou pesquisas sobre o histórico de lutas da entidade. Em 2018, após o lançamento do Programa de Qualificação Institucional (PQI) feito pela PR-4, ele buscou informações sobre uma pós-graduação na universidade, e encontrou o Mestrado Profissional Tecnologia para o Desenvolvimento Social (MPTDS), do PPGTDS/NIDES, que também lhe foi indicado pela coordenadora de Comunicação do Sintufjr Marisa Araujo.

“Soube do curso pre-



Foto: Renan Silva

HENRIQUE. Aprendizado

paratório para o mestrado através do *Jornal do Sintufjr* e fui estudar na Praia Vermelha. Aprendi a escrever meu projeto de pesquisa para apresentar ao Nides e alcancei meu objetivo”, contou. Henrique foi selecionado em primeiro lugar e nem precisou utilizar uma das duas vagas destinadas para técnicos-administrativos pelo Programa de Qualificação Institucional.

Desde que entrou na UFRJ em 2012, o técnico em Artes Gráficas da Divisão Gráfica **LEANDRO FERREIRA** queria retomar os estudos cursando uma pós-graduação. Procurou um curso para se preparar e tentar o mestrado em Design, na Es-

cola de Belas Artes da UFRJ, e encontrou o preparatório do Sintufjr.

“Fiquei impressionado com o nível de experiência dos professores e o quanto nos deixavam à vontade, principalmente os alunos que já não estudavam há muitos anos. Fiz um curso completo e outro pela metade. As aulas de inglês da professora Sandra Bragatto, particularmente, foram determinantes, pois ela sabe dosar o conteúdo de acordo com o nível e perfil de cada aluno”, disse Leandro. Ele também elogia a eficiência do curso de Metodologia da Pesquisa: “Achei um dos mais importantes, pois

montar um projeto sozinho, até mesmo com alguma ajuda, não é tarefa fácil”.

Matriculado no mestrado, Leandro destaca a iniciativa do Sindicato: “Os cursos oferecidos constituem excelente oportunidade para o servidor que deseja ingressar em uma pós-graduação”.

LEILA OLIVEIRA, engenheira civil da Prefeitura Universitária, fez parte da turma extra do segundo semestre de 2018. Interessada no curso de mestrado em Engenharia Ambiental da Escola Politécnica, seu desafio era aprender inglês em tempo recorde, feito conquistado com as aulas de Inglês Instrumental do Sintufjr. “Este seria um obstáculo a superar, uma vez que tinha pouco conhecimento da língua inglesa”, disse.

A técnica-administrativa atingiu sua meta e desde março cursa o mestrado. “Sou agradecida à professora Sandra Bragatto pela contribuição ao meu aprendizado e pelo incentivo para que eu aprofundasse os meus conhecimentos sobre a língua ao longo do curso”, disse. “Mesmo sendo ainda um desafio diário, porque estava há tempos distante do ambiente das salas de aulas, está sendo uma bela oportunidade para superar limites e adquirir novos conhecimentos”.



Foto: Divulgação

LEANDRO. Designer

Revista PGPU recebe nota B3 do Qualis/Capes

Foto: Divulgação



IVANEIDE GRIZENTE, a nova editora-chefe da publicação

lançada em 2017, a *Revista Práticas em Gestão Pública Universitária* (PGPU) recebeu nota B3 do Qualis/Capes – principal ferramenta de avaliação de publicações científicas no Brasil. A PGPU é semestral e o acesso é pelo site www.revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/index. O conteúdo é composto de temas sobre gestão pública, principalmente relacionados à produção cotidiana dos técnicos-administrativos em educação na UFRJ e em outras instituições federais de ensino.

A proposta da revista é socializar conhecimentos e experiências, valorizando a categoria, inclusive os aposentados. Mas há espaço também para publicações de professores e trabalhadores terceirizados de universidades e institutos federais. A partir do dia 1º de agosto, a PGPU terá uma nova editora-chefe, a técnica-administrativa Ivaneide Grizente. Ela faz parte do Conselho Editorial e substituirá Regina Dantas. Nesta entrevista ao **Jornal do Sintufrrj**, ela faz um histórico da revista e expõe seus planos de trabalho.

Como nasceu a revista?

Na edição 2014 do Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos em Educação (Sintae), alguns colegas manifestaram interesse em ver seus trabalhos e dos colegas reunidos em uma publicação científica, o que facilitaria o acesso deles ao mestrado e até ao doutorado. A revista foi elaborada em 2015, e em 2016 ela já era uma realidade constituída sob o perfil interdisciplinar. Em maio de 2017 foi lançada, e, desde então, vem cumprindo o objetivo de ser ferramenta de grande registro e troca de conhecimento entre instituições públicas de ensino superior. Já estamos prestes a lançar o quinto número. A PGPU tem um perfil único no país, pois é o primeiro periódico científico ligado a uma Pró-Reitoria de Pessoal que prioriza a participação dos técnicos-administrativos e que obteve, em sua primeira avaliação no novo Qualis, o extrato B3.

Quem pode publicar na PGPU?

É um periódico eletrônico semestral, de acesso livre e irrestrito, que visa à divulgação de análises, reflexões e resultados de trabalhos – voltados para a área da gestão pública universitária – de técnicos-administrativos em educação (ativos e aposentados), gestores, pesquisadores, docentes, discentes e trabalhadores terceirizados das instituições públicas de ensino superior de todo o país, priorizando os trabalhos escritos por técnicos-administrativos ou que contenham técnicos entre seus autores.

Como tem sido a participação dos técnicos-administrativos?

Excelente. Inclusive recebemos artigos de autores de diferentes estados. Percebemos que a PGPU se configura para muitos como um espaço para a primeira publicação científica e/ou para divulgar o resultado de pesquisas fruto de especializações e de mestrado.

Na sua opinião, a boa avaliação da revista deve-se ao quê?

São diversos fatores, mas todos são consequência do empenho, profissionalismo e dedicação da equipe que a compõe. Idealizamos a revista e nos dedicamos a ela. Foram mais de 100 avaliadores, até mesmo de fora do país. Também iniciamos com uma editora-chefe sensível e dedicada, além de um corpo editorial coeso.

Quais são as suas metas à frente da revista?

Tornar a PGPU mais conhecida na UFRJ e no país; aumentar a capilaridade dela; avançar com os desafios que todas as revistas enfrentam em relação à indexação e conseguir financiamento para o Digital Object Identifier (DOI). Eu vislumbro um futuro promissor para a PGPU, embora estejamos cientes das dificuldades que as universidades federais enfrentam. Mas beberemos da fonte da sabedoria e da resistência e vamos em frente, felizes.





Denúncias de fraudes no sistema de cotas raciais

Para apurar irregularidades, Reitoria constitui uma comissão de heteroidentificação

Sob a mira do Ministério Público Federal e do Núcleo contra a Desigualdade Racial (Nucora), da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE/RJ), a Reitoria instituiu uma comissão de heteroidentificação para apurar se houve fraude no sistema de cotas raciais no ingresso de alunos aos cursos de graduação. De acordo com as denúncias encaminhadas aos órgãos de fiscalização da UFRJ, centenas de candidatos a uma vaga na universidade mentiram ao se autodeclararem pretos ou pardos.

Todos os alunos denunciados têm garantido amplo direito de defesa, e a Procuradoria-Geral da UFRJ é a

responsável por fazer valer a decisão final da Reitoria. Outras instituições de ensino superior federais, como UFF, UFRJ e Unirio, também foram alvo de denúncias do MPF e da DPE/RJ, e, como a autodeclaração se mostrou ineficaz, criaram as comissões de heteroidentificação para verificação dos alunos autodeclarados cotistas, antes de fazerem a matrícula.

Providências

A comissão de heteroidentificação da UFRJ foi instituída por portaria publicada no *Diário Oficial da União*, em caráter emergencial, e cabe a docentes e técnicos-administrativos realizarem essa tarefa institucional, conforme determina a Normativa

nº 4 do Ministério do Planejamento à Lei 12.990/2014, que reserva 20% de vagas para pretos e pardos nos concursos públicos, em que o critério de verificação é por fenótipo, ou seja, somente os traços negroides são levados em conta. No caso agora dos alunos da graduação. Portanto, o caráter genético de descendência não é considerado para que a pessoa tenha direito à reserva de vagas raciais.

Isso não ocorreria se a UFRJ tivesse adotado a verificação por uma comissão de heteroidentificação no processo de matrícula na graduação, mas a autodeclaração era o único critério que permitia o ingresso através do sistema de cotas raciais.

Foi uma janela aberta para as fraudes. Porém, com o aumento do número de denúncias de fraudadores em vários cursos, a universidade teve que tomar uma atitude. E a decisão foi apurar as denúncias recebidas por meio de abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

A Reitoria já se manifestou favorável à adoção de comissões de heteroidentificação, formadas por técnicos-administrativos, professores e estudantes, para realizarem a verificação de cotas antes do ingresso dos candidatos na universidade.

Avanços

As cotas raciais, ratificadas

pela Lei 12.711/2012, fazem parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas que visam diminuir as desigualdades e promover a igualdade de oportunidades, e foram consideradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para se ter uma ideia, em 2002, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente 2% de negros tinham assento nas universidades públicas.

Em 2017 foi verificado um salto de 9,3%. E, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2011, de 8 milhões de matrículas, 11% foram feitas por alunos pretos e pardos e, em 2016, o percentual subiu para 30%.



REUNIÃO no Sintufjr discute a organização do torneio



Sindicato convoca para campeonato de futebol

Nesta segunda-feira, 29, às 14h, no Espaço Saúde do Sindicato, a Coordenação de Esporte e Lazer realiza mais uma reunião para organização do Campeonato de Futebol do Sintufjr. Até agora está confirmada a participação das equipes do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Escola de Educação Física e Desportos, Prefeitura Universitária, Praia Vermelha, Biofísica e Centro de Tecnologia (CT).

Foi estabelecido na reunião, na quinta-feira, 25, que o campeonato terá duas categorias: acima de 45 anos e abaixo de 45 anos. Estão faltando fechar todas as regras e a logística para a competição, que promoverá a integração dos técnicos-administrativos em educação na ativa e aposentados. Ainda há tempo para aderir à Copa Sintufjr, portanto, não deixe de ir à reunião nesta segunda-feira.

Uma roda de gente com disposição



PAULO SERGIO. Veterano

Integração e saúde foram as palavras mais repetidas pelos representantes das equipes na última reunião, no Espaço Saúde Sintufjr, entre veteranos e estreantes de competições esportivas promovidas pelo Sindicato.

Artilheiro e campeão da última Copa Fasubra, em 2009, **PAULO SERGIO DA SILVA MOURA**, o Orelha, é um dos

veteranos em competições pelo Sintufjr em 30 anos de universidade. “Vai ser maravilhoso, e todos deveriam participar”, disse o técnico de manutenção do CCS. E fez o chamamento: “Como jogador da antiga, estou convocando a categoria para a competição!”

Entre os novatos estava **PATRICK NUNES**, 30 anos, da Decania do CCS. Há cinco meses apenas na UFRJ, ele quer surpreender os companheiros na estreia em campo na Copa Sintufjr. Morador de Campo Grande, futebol com os amigos é sagrado nos fins de semana. “É um momento de integração, e, para mim, vai ser uma ótima oportunidade para conhecer as pessoas na universidade, fazer amizades e cuidar da saúde”, definiu o recém-ingresso.

DEMARCOS JOSÉ DA SILVA, 56 anos, almoxarife da Prefeitura Universitária, desde 1995 não perde um campeonato organizado pelo Sintufjr. “São momentos de

integração, de rever amigos. Além do lado social, tem também a saúde. Por isso temos um time na Prefeitura, e a média de idade é 45 anos para cima”, contou.

“Particpei de três ou quatro campeonatos organizados pelo Sintufjr, e o que mais me motivava era a integração entre as pessoas, novos e antigos servidores. Futebol é isso, e até criamos a “Pelada do Coração”, e toda quinta-feira, às 16h, nos encontramos no campo da Prefeitura da UFRJ para uma partida. Só servidores e seus convidados”, informou **LUCIANO DA CUNHA NASCIMENTO**, 48 anos, 31 dos quais vividos na universidade. Ele trabalha no Horto Universitário.

JORGE PIERRE, 70 anos (nem pensa em se aposentar), técnico-administrativo na Decania do CCS, é um veterano em competições. Ex-coordenador de Esporte e Lazer do Sintufjr por duas gestões, um dos autores do projeto de criação da academia na entidade, Seu Pierre diz que “já perdeu a conta

de quantos campeonatos do Sindicato participou. “O futebol é agregador, não tem política e nada que impeça a união entre os jogadores. Convive-se com todos e de todos os campi. A gente passa a se conhecer, são amizades para sempre”, afirmou.

Para o administrador do CCS, **RAFAEL MARTINS**, 35 anos, há sete na UFRJ, este vai ser o terceiro campeonato do Sintufjr do qual participa, e está empolgado: “Essa aproximação com o Sindicato através do futebol é muito importante. O diálogo é outro, as perspectivas são diferentes. É muito importante para todos nós e ainda fortalece as nossas raízes com a UFRJ”.

“É muito bom quando o Sintufjr organiza um campeonato. Sinto prazer em participar. O envolvimento do nosso Sindicato com o esporte nos incentiva”, disse **ANTÔNIO FERNANDES PASSO**, 70 anos, há mais de 20 como porteiro-atendente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), na Praia Vermelha.